

## 1. As eleições em Minas Gerais

Alinhavaram-se, em fevereiro, diversas pontas que estiveram soltas no emaranhado eleitoral de Minas Gerais. Não houve nenhuma novidade substancial – tudo que aconteceu nos últimos dias era inteiramente previsível, como antecipado pelos analistas ao longo do segundo semestre de 2013. Essa previsibilidade não diminui em nada a importância que as definições de candidaturas e de alianças têm para se compreender os rumos eleitorais dos próximos meses.

De acordo com o calendário eleitoral, apenas em junho serão permitidas aos partidos a deliberação sobre candidaturas e a proposição de alianças. Ambos os temas devem ser objeto das convenções dos partidos realizadas naquele mês. No entanto, intensas negociações precedem as convenções e elas já vêm se arrastando nos últimos meses.

Também já estão praticamente delineadas as táticas de campanha. Foram lançadas, no mês de fevereiro, as pré-candidaturas dos três principais campos políticos de Minas Gerais. Faz-se uso aqui do termo “pré” apenas por considerar que as convenções sempre podem trazer mudanças. Deve-se considerar também que os necessários entendimentos ainda estão sendo feitos e a ocorrência de mudanças capazes de modificar o cenário por enquanto não podem ser descartadas. De qualquer forma, as negociações em andamento visam a que as convenções se limitem a ratificar decisões previamente tomadas.

Contudo, para efeitos práticos, Fernando Pimentel já pode ser considerado como o

candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como Pimenta da Veiga concorrerá pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A mais recente novidade, ocorrida já em meados de março, foi o lançamento da candidatura de Clésio Andrade pelo PMDB, ao lado de Josué Gomes, como candidato ao Senado. Essa decisão do PMDB apenas clareia um cenário que se manteve, nos últimos meses, bastante nebuloso. Entretanto, é muito cedo para garantir seu caráter definitivo. Nada impede que essa decisão seja apenas uma jogada para conduzir com mais facilidade as negociações com o PT, como se discutirá abaixo mais minuciosamente.

As três chapas possuem algum grau de indefinição, principalmente quanto aos cargos de vice-governador e de suplentes de senador. Isso se deve às alianças que ainda estão se constituindo. Sobretudo, uma súbita reviravolta na decisão do PMDB, pendendo para o lado do PT ou o do PSDB poderia acarretar uma mudança considerável no cenário com importantes consequências para o desfecho eleitoral.

Poder-se-ia dizer que a análise do cenário eleitoral, a distância de sete meses do dia do voto e a três meses das convenções partidárias, consiste em perceber como os partidos vão se alinhar, em favor de uma ou de outra candidatura. As decisões tomadas agora repercutirão ainda com mais força no caso de vir a ocorrer um segundo turno, quando todas as forças deverão se reunir em torno de dois polos.

## O campo do PSDB

Em princípio, a chapa do PSDB já está definida. Pimenta da Veiga (PSDB) terá como vice o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro (PP). O candidato a senador será o atual governador Antônio Anastasia (PSDB). O anúncio dessa chapa não foi feito ainda, sob a justificativa de que os aliados devem ser ouvidos. Entretanto, a razão para manter em suspenso o anúncio da candidatura a vice-governador e a senador é o desejo de atrair o PMDB para essa chapa.

Há uma forte tensão interna que leva o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) a três desenlaces possíveis: o apoio a Fernando Pimentel (PT); o lançamento de candidatura própria, com Clésio Andrade; e a união em torno do candidato Pimenta da Veiga. Esta última possibilidade é uma das razões pelas quais o PSDB, até o momento, não concluiu a formação de sua chapa. É uma possibilidade considerada remota até há poucos dias, mas não se pode tratá-la, neste momento, como impossível.

Para os 22 partidos que, oficial ou extraoficialmente, já se juntaram ao PSDB, sobrou a disputa pela candidatura à suplência de senador. O interesse maior por essas duas vagas remanescentes se deve, primeiramente,

## Tensão no PSB

Caso se confirme a aliança entre PSB e PSDB, o indicado à segunda suplência poderia ser Alexandre Kalil (PSB), presidente do Atlético Mineiro ou – como prefere um outro grupo – o presidente estadual do PSB, Júlio Delgado. Favorece Kalil o fato de ter o potencial de atrair votos dos torcedores atleticanos, mas, na mesma medida, pesa contra ele o fato de afastar os cruzeirenses. Existe também o temor de que ele repita o caminho feito por Zezé Perrella, presidente do Cruzeiro, que chegou ao senado por meio da suplência de Itamar Franco.

ao favoritismo que várias pesquisas eleitorais atribuíram ao candidato tucano no ano passado. Além disso, existem rumores de que Anastasia não cumpriria todo seu mandato de oito anos no Senado, podendo tornar-se ministro em um eventual governo de Aécio Neves ou de Eduardo Campos. Outra possibilidade seria a de que ele se candidate a prefeito de Belo Horizonte daqui a dois anos.

Uma das últimas aquisições do PSDB foi o apoio do Partido Social Democrático (PSD), cujo apoio a Pimenta da Veiga foi declarado em troca da continuidade desse partido à frente da secretaria de saúde já no atual governo do estado; a indicação da primeira suplência do senador; a proporcionalidade nas chapas de deputado estadual e federal. Evidentemente, deve-se incluir nesse acordo a participação do PSD no loteamento do futuro governo, caso Pimenta seja eleito. Para o PSDB, essa aliança trouxe, entre outras vantagens, o acréscimo de quase dois minutos de propaganda em rádio e televisão durante a campanha.

A segunda suplência seria destinada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), caso este se decida a compor a aliança.

Contudo, não está claro ainda o caminho a ser seguido pelo PSB. O presidente estadual do partido, Júlio Delgado, compareceu no lançamento da candidatura de Aécio Neves, com o qual também viajou para Recife para participar de uma reunião com o presidente-ável Eduardo Campos. Essa aproximação de Júlio Delgado com o PSDB gerou uma crise interna no PSB.

O grupo ligado ao prefeito Márcio Lacerda (PSB) está em desacordo com o modo como o presidente de seu partido vem conduzindo a aproximação com o PSDB. A insatisfação de

Lacerda com seu partido acabou se concretizando em sua decisão de não comparecer no lançamento da chapa do presidenciável Eduardo Campos e sua vice Marina Silva, realizado em meados de março, no Rio de Janeiro. A direção nacional do PSB vinha pressionando Lacerda a se candidatar ao governo de Minas, com vista a se criar um palanque para Eduardo Campos no estado. O prefeito tem resistido a essa proposta, que significaria deixar a gestão do Município, tendo exercido bem menos da metade de seu mandato. A aproximação do presidente estadual do PSB com o partido de Aécio Neves implica uma tomada de posição antes de Lacerda resolver o seu dilema pessoal. Não se trata, portanto, de uma oposição, por princípio, a essa aliança. O próprio Lacerda já afirmou que seu candidato é aquele patrocinado por Aécio Neves. A situação sugere que a indisposição de Lacerda

### Indefinição no PMDB

Não constitui exatamente uma novidade o fato de o PMDB chegar dividido às vésperas de uma eleição. É um dos maiores partidos; congrega os mais diversos interesses; e é cortejado por quem está no poder aqui no estado (PSDB) e no governo federal (PT). No entanto, na mesma medida em que essa situação cria oportunidades, a decisão por um ou outro rumo afeta interesses e projetos de grupos.

A proposta de lançar uma candidatura própria não agrada a todos. Quem não está convencido da viabilidade dessa alternativa justifica seu ponto de vista alegando baixa competitividade e a falta de um nome capaz de atrair o eleitor.

Em março, o senador Clésio Andrade lançou sua candidatura ao governo do estado. No entanto, paira uma dúvida sobre seu futuro por causa da acusação que pesa sobre ele de envolvimento com o mensalão tucano. Candidato a vice na campanha de Eduardo Azeredo para governador em 1998, o sena-

se deve à precipitação dos fatos provocada por Júlio Delgado.

Outro prejudicado com essa suposta aliança com o PSDB é Alexandre Kalil, potencial candidato a senador pelo PSB. Em pesquisas publicadas no final de 2013, ele aparecia bem colocado na disputa. No entanto, caso a coligação se confirme, dificilmente o PSDB abriria mão de lançar Anastasia como candidato ao Senado, implicando uma frustração aos planos de Kalil. Daí sua decisão de acompanhar Lacerda no boicote ao evento promovido pelo PSB nacional.

Além disso, sobra insatisfação com essa possível aliança entre os apoiadores de Marina Silva que, em outubro, tiveram que se filiar ao PSB depois do fracasso em seu projeto de constituição de um novo partido. Esse grupo lançou Apolo Heringer ao governo de Minas.

dor responde a acusações de peculato e lavagem de dinheiro. Após a recente renúncia de Azeredo a seu mandato de deputado federal, Clésio pode passar a ser o único réu a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal no processo referente ao mensalão mineiro. Para os acusados que não têm direito a foro privilegiado, o processo está correndo na primeira instância.

Além disso, há quem avalie que as chances de Clésio são reduzidas na sucessão do governo mineiro, pois lhe faltariam realizações públicas para apresentar ao eleitor. Defensores de uma candidatura própria do PMDB reservavam, para Clésio, a busca da reeleição para o Senado e apostavam no empresário Josué Gomes da Silva, filho do ex-vice-presidente José Alencar, para disputar o governo de Minas. Tal como está, no momento, contudo, Josué Gomes é o candidato ao Senado.

Mesmo os descrentes na viabilidade da candidatura própria entendem que o lança-

mento de um candidato do partido para governador cumpriria o papel de provocar um segundo turno. Há o temor de que, aliando-se ao PT, se repita o resultado da eleição municipal de 2012, em Belo Horizonte, quando o PMDB amargou uma derrota para Márcio Lacerda (PSB), eleito com o apoio do PSDB.

Há dúvidas também quanto à capacidade de PT e PMDB derrotarem o PSDB de Aécio Neves e de Anastasia. A proposta sustentada por parte dos correligionários de que o PMDB se aproxime do PSDB se baseia no fato de que – apesar de, eventualmente, este último não precisar do apoio do PMDB na disputa estadual – tal coligação poderia ser, para Aécio Neves, decisiva na conquista da presidência da República.

Em Minas Gerais, o PMDB está fora do poder há doze anos, desde que se aliou ao PT. Na esfera nacional, ele é o principal partido da base da presidente Dilma, mas se resente do fato de que os mineiros não têm conquistado espaço político. O ex-ministro da agricultura, Antonio Andrade, é deputado federal por Minas Gerais e presidente licenciado da legenda, mas sua indicação foi imposta aos seus correligionários mineiros. Os líderes partidários que se destacam no governo Dilma são Michel Temer e os nordestinos: deputado Henrique Alves, presidente da Câmara, e os senadores Renan Calheiros e José Sarney.

Nestes últimos dias, a presidente Dilma Rousseff (PT) convidou dois mineiros para compor seu ministério. Isso pretende ter alguma eficácia contra o discurso da oposição, segundo o qual o estado de Minas Gerais estaria preterido no atual governo. No entanto, não acalma em nada a crise com o PMDB. Ao contrário: os três nomes indicados para compor o ministério de Dilma são aliados a Fernando Pimentel. O PMDB leu, nesse fato, o indicativo de que o candidato petista conta com o apoio da presidente. Isso pode consti-

tuir mais um motivo para lançá-lo em direção ao PSDB.

Por tudo isso, há uma grande insatisfação que ameaça a consecução do apoio do PMDB à candidatura a governador de Fernando Pimentel (PT). Assim, exasperados pela crise no plano federal e em vários estados da República, os dois maiores partidos da base aliada do governo (PT e PMDB) têm se desgastado com acusações recíprocas de fisiologismo.

No início de fevereiro, o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB/SP) e o presidente nacional da legenda, senador Valdir Raupp (PMDB/RO) reafirmaram a orientação para que se feche a coligação com o PT mineiro. Clésio seria candidato à reeleição como senador e a primeira suplência ficaria com Josué Gomes da Silva. Havendo recusa de Clésio, Josué seria o candidato ao Senado.

Para Temer, haveria um inevitável desgaste, se fosse candidato a vice-presidente, na chapa de reeleição de Dilma Rousseff, sem contar com o apoio de seu partido em Minas Gerais, que é o estado do principal adversário, Aécio Neves (PSDB). Isso explica essa tentativa de intervenção, cuja capacidade de acalmar os ânimos, no entanto, é bastante questionável.

Para o PMDB, coligar-se a outro partido traria uma vantagem adicional. Segundo uma análise publicada na imprensa local, um candidato a deputado estadual pelo PMDB precisaria de 42 mil votos para se eleger, caso o partido decida pela candidatura própria. Coligado ao PT, por exemplo, essa exigência se reduziria para 33 mil votos. Tal diferença – se não fosse, por enquanto, uma discutível conjectura – poderia se tornar uma motivação importante para consolidar a aliança com o PT.

Há anos o PMDB deixou de ter um projeto político próprio, senão aquele da permanência no poder por meio de táticas eleitorais. A cada eleição tem se coligado com o partido que lhe ofereça melhores condições de elege-

bilidade e maior domínio sobre os aparelhos e serviços públicos.

Reiterando essa atitude, há poucos dias, o presidente do PMDB em Minas declarou que seu partido exigiria, para apoiar Fernando Pimentel, as mesmas condições que lhe foram dadas na eleição anterior, ou seja, o cargo de vice-governador e de senador.

Seja qual for a decisão do PMDB, a motivação será apenas pragmática, sem objetivo político maior.

Por fim, não se pode desconsiderar a possibilidade de que esse anúncio da candidatura de Clésio e de Josué pelo PMDB não passe de uma tática para forçar o recuo dos parti-

dários que defendem a coligação com o PSDB. Se essa hipótese se confirma, o desfecho desse caso seria uma aliança com o PT e um arranjo para acomodar os interesses do senador Clésio Andrade e de Josué Gomes da Silva.

Caso a candidatura própria se confirme, também isso pode representar um passo dado em direção aos interesses de quem defende a coligação com o PT, ainda que isso venha a acontecer apenas no segundo turno. Na pior das hipóteses, estaria acontecendo um adiamento, para outubro, do problema da formação das coligações.

## A candidatura do PT

Esse cenário aponta sérias dificuldades para o Partido dos Trabalhadores que vem perdendo, paulatinamente, seus aliados potenciais. Partidos que fizeram aliança nacional em apoio à reeleição de Dilma Rousseff estão em franca negociação com o PSDB. O resultado disso é que o PT está ficando isolado, não obstante o favoritismo que lhe conferiram as pesquisas eleitorais no ano passado e o apoio do ex-presidente Lula.

As tentativas de atrair o PSD para a chapa resultaram em fracasso, quando esse partido debandou para apoiar o PSDB. Com isso, o PT perdeu um de seus aliados de 2012.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) representa um outro apoio possível. No entanto, em março, ocorreram negociações com os tucanos que ofereceram ao PDT maior espaço dentro do atual governo. Não há consenso no partido quanto ao melhor rumo a seguir. A aliança com o PT e PMDB poderia trazer ao PDT maior facilidade na eleição de parlamentares. Chegou a ser noticiado que a direção nacional do partido teria determinado a saída da base do governo tucano em Minas Gerais e se coligasse ao PT e ao PMDB.

Essa eventual intervenção, porém, pode não ser capaz de impedir dissidências.

Um outro tradicional aliado do PT, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) anunciou, no final de fevereiro, que terá candidatura própria, lançando, como pré-candidata, a deputada federal Jô Moraes. Não se pode descartar que esse ato seja apenas figurativo e que tenha a função de valorizar o preço do apoio em troca de espaço político. No entanto, isso representa uma dificuldade adicional para os petistas.

Embora seja uma possibilidade remota, não se pode excluir ainda nem mesmo uma convergência do PT com o PSB. Em janeiro, o PSB mineiro abriu diálogo com o PT para a formação de uma possível aliança no Estado. A conversa incluiu espaço na chapa proporcional ou majoritária e um palanque duplo que possa receber a presidente Dilma Rousseff (PT), candidata à reeleição, e o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), adversário da petista no plano nacional. Essa possibilidade poderia conter a insatisfação dos ex-postulantes da Rede Sustentabilidade, filiados ao PSB desde outubro, os quais divul-

garam nota recusando apoio à aliança do PSB com o PSDB.

A maior expectativa de coligação para o PT, neste momento, é a união com o PMDB, que, como já dito, se encontra dividido em meio a várias possibilidades. Resta ao Partido dos Trabalhadores oferecer ao PMDB o máximo espaço em sua chapa e aguardar o andamento das negociações internas deste último partido.

### Coligações e troca de favores

O prazo para firmar as coligações vence apenas em 30 de junho. No entanto, chamou a atenção a rapidez com que os partidos se alinharam em favor da candidatura do PSDB, motivados – a julgar por informações veiculadas na imprensa – apenas por interesses pragmáticos como a manutenção de cargos no governo, a obtenção de secretarias ou cargos de direção em empresas estatais.

O PDT, assim como o PP e o PTB possivelmente manterão apoio ao PSDB em Minas e ao PT no plano nacional, apesar de estarem sendo pressionados para escolher um dos lados. Outra força ainda mais importante é o PMDB, que parece arrastar a discussão até os últimos momentos. Mesmo que esse partido decida lançar candidato próprio, dificilmente

Enquanto não se formam as alianças, o PT começou sua caravana pelas diversas regiões do estado, com o objetivo de dialogar com a sociedade, para elaborar coletivamente seu plano de governo. Fernando Pimentel começou esses encontros com lideranças sociais e políticas e com a militância da Zona da Mata, do Vale do Mucuri e do Triângulo mineiro.

as eleições em Minas vão evitar a acentuada bipolaridade, repetindo, no Estado, o modelo nacional.

Essas decisões tendem a ser tomadas a passos lentos até o mês de junho. Enquanto isso, devem constituir o principal elemento de conjuntura eleitoral. Para a campanha eleitoral, trata-se de um fator importante, pois das alianças depende o rateio do tempo de propaganda no rádio e na televisão. No entanto, o sentido maior desses acontecimentos reside em que, independentemente de quem ganhar a eleição em Minas Gerais, persistirá a forma de governo por loteamento político, a exemplo do que já vem ocorrendo há décadas.

## 2. Trabalho escravo em Minas Gerais

A Campanha da Fraternidade, cujo tema é o tráfico humano, chama a atenção para a ocorrência de trabalho escravo sob novas formas.

No final do mês de janeiro, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República atualizou a *Lista suja do trabalho escravo*. Trata-se de um cadastro de empregadores, criado pelo governo federal em 2003 e atualizado semestralmente, com o objetivo de tornar transparentes as ações governamen-

tais de combate ao trabalho escravo. Nessa lista, aparecem empregadores (pessoas físicas ou jurídicas) flagrados usando esse tipo de mão de obra. Antes de terem seus dados divulgados, tais empregadores podem se defender em uma primeira e em uma segunda instâncias administrativas. Desse modo, apenas depois de terem sido confirmadas as autuações que configuraram condições análogas às de escravo é que os nomes são divulgados.

Minas Gerais – com 8,12% dos casos – aparece em quarto lugar no *ranking* dos estados brasileiros em que há casos de escravidão. São 48 empregadores mineiros acusados de manterem funcionários em condições degradantes. Embora quem cometa esse crime deva pagar multa e ser encarcerado, não há ninguém cumprindo pena nos últimos anos, conforme informações da Procuradoria Geral da República, divulgadas pela imprensa.

Os casos se distribuem nas várias regiões do estado e aparecem, sobretudo, em atividades agropecuárias e extrativistas. No entanto, chama a atenção o crescimento de casos urbanos. Cerca de 10% das empresas incluídas pela primeira vez na relação atual desenvolvem atividades urbanas, predominando os setores têxtil, metalúrgico e a construção civil.

Na região metropolitana de Belo Horizonte, em 2013, foram registrados diversos casos de mão de obra escrava nesses setores. No Norte de Minas, aproximadamente uma dezena de empregadores foram acusados de manter quase 150 pessoas em regime de escravidão. No Triângulo Mineiro, 207 pessoas trabalhavam em um canavial, tais como escravos, em condições degradantes.

A escravidão atual assume características mais sutis, se comparada à que se realizava até o século XIX. Contudo, sob diversos aspectos, as formas de escravidão atuais são mais perniciosas para o trabalhador e mais lucrativas para o explorador, como revela o estudo *Disposable People: New Slavery in the Global Economy* (Gente descartável: a nova escravidão na economia mundial), publicado em 2000, por Kevin Bales.

No século XIX, a escravidão incluía o direito de propriedade sobre outras pessoas e o uso delas como meio produtivo. Na forma atual, pessoas são forçadas a trabalhar para outras e todo o dinheiro que deveriam receber em salário é destinado ao pagamento de

despesas realizadas pelo empregador com o deslocamento desse trabalhador para a cidade (ou país) onde vai trabalhar. Computam-se, nesse débito, também as despesas de instalação (moradia) e o sustento (alimentos, remédios, roupas e equipamentos de segurança). A dívida se torna impagável e o empregador condiciona a saída do emprego ao pagamento do débito. A vítima vive sob o regime do medo, pois são frequentes os relatos de ameaças e de violência por parte de empregadores.

A tendência do senso comum é não admitir que ainda haja escravos, porque atualmente o trabalhador, em tais condições, não se torna propriedade de seu explorador. Nem sempre é percebido o fato de que essa diferença torna o negócio ainda mais lucrativo, já que o “dono” não tem que fazer um alto investimento inicial, como acontecia no Brasil escravocrata do século XIX. Mesmo as despesas de manutenção são baixas e, como já dito, costumam ser cobradas do próprio trabalhador (pelo menos na forma de escravidão por dívida). O escravo atual pode ser demitido quando deixa de ser rentável, por exemplo, quando adocece. Também isso é uma vantagem, se comparada à escravidão do passado, em que o proprietário alimentava o escravo até o fim de sua vida. Além disso, não existem restrições étnicas para a nova escravidão, embora haja notável presença de afrodescendentes entre os trabalhadores libertados. A ausência de uma restrição por cor da pele aumenta o número de pessoas que podem ser submetidas à escravidão. O perfil das pessoas flagradas em situação de trabalho escravo se caracterizam pela disponibilidade para o trabalho quase sempre pesado; pela disposição para o cumprimento de jornadas extenuantes; pela baixíssima ou nula escolaridade; e por estar em extrema necessidade, em razão de condições miseráveis de vida.

## A legislação brasileira contra o trabalho escravo

Multa e reclusão de dois a oito anos são as penas estabelecidas para quem faz uso dessa modalidade de mão de obra. De acordo com o Código Penal Brasileiro, configuram trabalho em condições análogas às de escravos os trabalhos forçados, a jornada exaustiva, as condições degradantes e a servidão por dívida. Essa definição está em acordo com a Convenção 29, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – agência da Organização das Nações Unidas (ONU) que se ocupa das condições humanitárias do trabalho. O Brasil se subscreveu a essa convenção em 1957, assumindo, nesse ato, o compromisso de oferecer as garantias mínimas contra a escravidão no país.

Desde 1995, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional (PEC), que propõe a alteração do artigo 243 da Constituição, para que terras desapropriadas em razão do emprego de trabalho escravo sejam destinadas à reforma agrária ou à construção de moradias populares. Em 2012, a Câmara dos Deputados aprovou essa proposta, em meio a forte resistência da bancada ruralista.

Agora, no Senado, os ruralistas tentam aprovar um projeto de lei que regulamente essa emenda constitucional, retirando a jornada exaustiva e as condições degradantes das categorias que, segundo o Código Penal, caracterizam a escravidão. Segundo essa bancada, é necessário delimitar com clareza o conceito de trabalho escravo, distinguindo-o de trabalho excessivo. Esses senadores entendem que, tal como está, a PEC transformaria o trabalho escravo em objeto das leis trabalhistas, as quais, segundo eles, já têm suficiente rigor. Se for aprovada a mudança, o conceito de escravidão ficaria limitado a casos de submissão por ameaças e violência física direta. Desapareceria da lei o enquadramento por situações de degradação humana e por jornadas excessivas.

Na contramão da bancada ruralista, o Brasil vem recebendo elogios internacionais por sua política de combate ao trabalho escravo. Um relatório divulgado pela organização não-governamental *Walk free*, com sede na Inglaterra, enaltece a concepção de trabalho escravo atualmente prevista na legislação brasileira. O elogio vem exatamente porque, aqui, o termo adquire um sentido mais amplo do que a restrição de liberdade e o trabalho forçado. A ONG já fez uma carta aos senadores brasileiros para que aprove a emenda constitucional, sem alterar a formulação que receberam da Câmara. Também a OIT vem elogiando a legislação brasileira, apresentando-a como um exemplo para a comunidade internacional. Em agosto passado, uma relatora especial da ONU também enviou aos senadores uma carta cobrando a aprovação imediata da PEC do Trabalho Escravo.

Além da adequação conceitual da legislação brasileira, também têm sido internacionalmente bem apreciados os meios empregados no Brasil para o combate a essa forma de mão de obra. Destacam-se a criação da “lista suja do trabalho escravo” e a formação de equipes multidisciplinares de fiscalização, em que tomam parte auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) e agentes da Polícia Federal, reunidos no *Grupo Especial Móvel de Combate ao Trabalho Escravo*.

No entanto, a aplicação da lei tem sido insuficiente. Poucos envolvidos são efetivamente denunciados, como informa a Comissão Pastoral da Terra. A pena de dois anos tampouco é suficiente para inibir o crime e, além disso, há dispositivos que acabam por abrandar – quando ocorre – a execução da pena. É frequente que a pena acabe sendo convertida em distribuição de cestas básicas ou prestação de serviços à comunidade.

## Trabalho escravo na Grande Belo Horizonte

Em Belo Horizonte e Contagem, houve, em março de 2013, o caso da MRV, em que pessoas concordaram em vir para a Capital sob a promessa de que receberiam alojamento e melhores salários do que podem conseguir em Manhuaçu, sua região de origem. Ao chegarem aqui, depararam com a informalidade empregatícia, receberam alojamento precário, sem acesso a material de higiene pessoal de nenhuma espécie, nem mesmo água quente para o banho, e sem alimentação adequada.

Em julho, o Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF-MG) denunciou cinco proprietários de construtoras sediadas em Belo Horizonte pelas condições degradantes em que se encontravam 88 operários, empregados na edificação de prédios residenciais em Belo Horizonte. Nem carteira de trabalho assinada os funcionários possuíam.

Em novembro desse mesmo ano, um grupo de bolivianos foi resgatado em um alojamento em Ribeirão das Neves, onde estavam havia sete meses. A denúncia partiu de um homem que foi vítima da exploração. Desesperado por ver seus dois filhos pequenos doentes, procurou a polícia para conseguir ajuda para as crianças. A investigação policial acabou por revelar que a situação de carência era motivada pelo fato de que o denunciante não recebia pagamento pelas roupas que confeccionava, a menos que a empresa conseguisse vender as peças. Apenas um dos trabalhadores tinha a permanência no Brasil legalizada.

Em fevereiro de 2014, fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho responsabilizou a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) por 179 trabalhadores mantidos sob condições aná-

logas às de escravos em Belo Horizonte. A empresa de economia mista, controlada pelo governo do Estado, está sendo acusada também de terceirização ilegal e sem licitação. A denúncia inclui, entre outras, as más condições dos alojamentos, a falta de água para os trabalhadores, falta de treinamento para execução de atividades perigosas, jornadas excessivas e insuficiente intervalo de descanso entre elas.

Em nota, a CEMIG afirma que vem acompanhando o caso desde que surgiram as denúncias e que tem cooperado para a elucidação e solução do problema. Descreve uma série de medidas que diz tomar rotineiramente para avaliar as condições de trabalho nas empresas por ela contratadas. Apresenta, ainda, sua política permanente de tratamento aos casos de inconformidade.

As situações aqui descritas apontam para o fato de que os casos de trabalho em condições indignas não são esporádicos. Uma busca nos jornais de circulação local e nacional mostram a frequência alarmante com que essa forma de trabalho vem sendo empregada.

Um argumento bastante comum, utilizado pelos denunciados, para negar sua responsabilidade sobre os casos consiste em afirmar que os trabalhadores são contratados por empresas terceirizadas. Nesse caso, não teriam vínculo com os trabalhadores flagrados em condições precárias. É frequente que, na resposta apresentada, os acusados afirmem que não podem comentar tratativas trabalhistas entre trabalhadores e as empresas terceirizadas. Definem a si mesmas como cumpridoras rigorosas da legislação trabalhista e dizem exigir o mesmo comportamento por parte das terceirizadas.

## Aumento do número de casos de escravidão

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), foram instaurados 702 processos para apurar o trabalho escravo em todo o país apenas em 2013. Nos últimos três anos, o número de casos aumentou em dez vezes, se comparado aos 73 casos registrados em 2010. Isso é, possivelmente, o resultado da intensificação das fiscalizações, após essa data, quando foi definido que seria competência do MPF apurar semelhantes ocorrências.

No entanto, apesar desse número de inquéritos, não houve nenhuma condenação com trânsito em julgado, ou seja, que não caiba mais nenhum tipo de apelação. A razão desse quadro pode ser atribuída, em parte, à lentidão da Justiça. Nas instâncias inferiores, metade dos indiciados por trabalho escravo recebem algum tipo de condenação, cuja execução da pena acaba sendo protelada pela possibilidade de recursos prevista na legislação.

A Fundação *Walk Free* divulgou o relatório anual sobre a escravidão global referente a 2013. Segundo esse índice, 29 milhões de pessoas em todo o mundo ainda trabalham sob o regime de escravidão. O Brasil aparece na 94ª posição, com um número entre 200 e 220 mil trabalhadores em situação análoga à escravidão. Segundo a OIT, essa atividade movimenta, no mundo todo, 32 bilhões de dólares a cada ano.

Essa nova escravidão atinge também mulheres e crianças capturadas para se prostituírem em benefício de seus “donos”. Estima-se que existam mais de cinco milhões de crianças obrigadas a trabalhar em condições aviltantes. Em muitos casos, são entregues pelos próprios pais a um explorador. Há também casos de escravidão doméstica, em que pessoas prestam serviços em residências em troca apenas de comida e moradia, submetidas a abusos e violência. Esses casos ainda se beneficiam da invisibilidade e da inexistência de fiscalização.

## 3. O déficit habitacional em Belo Horizonte e os movimentos reivindicatórios

Mesmo após o arrefecimento das jornadas de junho e julho de 2013, chamam atenção as manifestações que vêm se repetindo em Belo Horizonte, organizadas por movimentos de luta por moradia. Parte desses atos públicos reivindica solução para problemas enfrentados na região metropolitana, e não apenas na capital. Os motivos são diversos, mas indicam uma insatisfação com o andamento das políticas públicas habitacionais ou são um clamor contra a inexistência delas.

Em dezembro de 2013, a Fundação João Pinheiro publicou uma pesquisa feita em parceria com o Ministério das Cidades, que apresenta Minas Gerais em segundo lugar entre os estados do país no que diz respeito ao

déficit habitacional. A pesquisa foi feita a partir dos dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Existem, no Brasil, quase sete milhões (6,94 mi) de habitações inadequadas.

Para composição do conceito de “déficit habitacional”, consideraram-se moradias em que faltam condições de habitabilidade e que necessitam de reestruturações físicas importantes. Estão incluídos os casos em que mais de uma família habita o mesmo espaço ou aqueles em que pessoas ocupam cômodos alugados ou cedidos dentro de um mesmo domicílio. Contemplam-se também as famílias que comprometem mais do que 30% dos

seus rendimentos com os custos de moradia. Outra situação inadequada são as moradias onde mais do que três pessoas dividem um mesmo dormitório. Finalmente, foram incluídas aquelas construídas em terrenos que não são de propriedade do morador ou edificações em terrenos irregulares; que carecem de serviços de infraestrutura (água, energia, coleta de lixo etc.); ou situações em que um mesmo sanitário é partilhado por diversas moradias.

A conclusão da pesquisa é de que no ano de 2010, quando se fez o censo, faltavam 557 mil moradias em Minas Gerais. Isso coloca o estado em quarto lugar entre aqueles que têm o menor déficit habitacional relativo. Um terço dessas moradias faltantes se encontra na região metropolitana da capital. Belo Horizonte, necessitando de 78 mil moradias, é a terceira melhor capital, sob o ponto de vista da habitabilidade das residências. É precedida apenas por Vitória e Curitiba. Considerando-se os números absolutos, Contagem também se destaca por necessitar de um acréscimo de 22 mil unidades habitacionais.

## Políticas municipais de combate ao déficit habitacional em Belo Horizonte

O prefeito Marcio Lacerda anunciou, em setembro de 2013, o *BH Morar* – um programa de habitação que promete acabar com o déficit habitacional ao longo dos próximos dez anos. Seriam construídas em Belo Horizonte 80 mil moradias, supostamente suficientes para suprir a demanda de 62 mil famílias que, segundo a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), esperam obter uma casa na capital.

O anúncio do novo programa veio acompanhado da advertência de que novas invasões não serão toleradas na cidade. Esse parece ter sido um recado endereçado diretamente aos movimentos populares. A declaração foi feita pelo próprio prefeito que disse estar também acionando autoridades polici-

Comparáveis aos resultados da pesquisa descrita, existem outros números que podem ajudar a traçar os contornos dessa carência, embora haja, entre eles, uma significativa variação. Segundo o IPEA, faltam 130 mil moradias na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em 2009, houve na Capital quase duzentas mil inscrições para o *Programa Minha Casa, Minha Vida*. Os movimentos populares que acompanham a questão da moradia estimam que haja de 20 a 25 mil famílias vivendo em ocupações urbanas na região metropolitana.

Os números são, em certa medida, descontraídos ou refletem aspectos diversificados que não poderiam ser comparados. Porém, costuma-se admitir, tanto no discurso oficial como nos movimentos populares, uma falta de 200 mil unidades habitacionais na região de Belo Horizonte. A cifra demonstra a existência de um grave problema e exige – em particular, dos poderes públicos – intervenções em duas direções: a construção de novas unidades habitacionais e o financiamento para realização de obras de restauração ou ampliação.

ais e Ministério Público para retirar “invasores” de locais onde devem ser edificadas as novas unidades habitacionais.

De fato, segundo informações disponíveis na imprensa local, cerca de oito mil unidades habitacionais estão sendo construídas na cidade, como parte do programa federal *Minha casa, minha vida* e do programa *Vila viva*. Este último é um programa de urbanização em sentido mais amplo e inclui, além da construção de residências, obras de saneamento e reestruturação do sistema viário, além de serviços de promoção social e desenvolvimento comunitário. Ao todo, serão construídos em torno de sete mil apartamentos para reassentar famílias removidas das áreas urbanizadas. Segundo dados da URBEL,

entre 1994 e 2013, a prefeitura teria construído mais de 14 mil moradias.

No discurso oficial, a política habitacional do município estaria integrada com a ordenação sustentável do crescimento da cidade.

### Os movimentos sociais e o déficit habitacional na capital mineira

Do ponto de vista dos movimentos sociais ligados à questão da moradia, o déficit habitacional está relacionado à especulação imobiliária e à falta de uma política clara para o setor. Reclamam de que, embora sobre discursos e promessas, pouco se faz para resolver o problema habitacional destinado ao segmento popular. Afirmam que, em consequência dessa omissão, tem aumentado o número de ocupações urbanas. Algumas são organizadas pelos próprios movimentos, outras são, por assim dizer, espontâneas, já que surgem sem planejamento prévio em função da necessidade enfrentada por grupos de famílias. O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) afirma que as iniciativas do poder municipal dão conta de menos de 0,5% do déficit habitacional.

Lideranças dos movimentos afirmam que não há, em Belo Horizonte, nenhum programa de criação de moradias para famílias carentes, além do programa federal *Minha Casa, Minha Vida*. Consideram como parte da solução para o problema apenas as 1.400 moradias, em números aproximados, que foram construídas para famílias com rendimentos de até três salários mínimos.

Os líderes comunitários aceitam apenas esse número por alegarem que as unidades

Os movimentos populares, porém, permanecem descrentes. Acusam o poder municipal de não enfrentar a especulação imobiliária, de se fechar ao diálogo e exigem uma reforma urbana.

habitacionais oferecidas pelo *Programa Vila Viva* não se prestam a sanar o déficit habitacional. Fazem severas críticas a esse programa. Segundo dizem, por meio do *Vila Viva*, foram feitas cerca de oito mil remoções. Menos da metade dessas famílias foi reassentada. Não chegam a quinhentas as famílias que conseguiram comprar uma moradia com recursos do PROAS – sigla que designa um programa da prefeitura que opera a retirada e o reassentamento de famílias residentes em área de risco ou em locais onde serão realizadas obras públicas. O teto desse programa é de R\$ 40 mil e cobre apenas o valor da casa ou barraco e, segundo os críticos, não remunera o verdadeiro valor do bem.

Os movimentos populares afirmam que, nos últimos 20 anos, o governo do estado não atuou na solução do déficit habitacional na região metropolitana. Acusam também a prefeitura por tratar o problema como caso de polícia e de se mostrar incapaz de formular políticas. Reclamam das ações de despejos e da repressão que, além de não resolverem o problema, produzem uma desordem social ainda maior. Ao invés disso, são reivindicados diálogo e negociação para que se minimize o problema.

## 4. A corrupção dos países ricos

Uma entrevista publicada, no final de fevereiro, pela revista *Carta maior*, questiona a suposição de que a causa dos problemas econômicos de países pobres ou em desenvol-

vimento seja a corrupção. Essa crença é amplamente disseminada e raras vezes é problematizada. De fato, de acordo com cálculos feitos pelo Banco Mundial e aceitos pela

Convenção da ONU sobre Corrupção, os países em desenvolvimento perdem anualmente entre 20 e 40 bilhões de dólares. Contudo, apesar de importante, esse valor constituiria apenas cerca de 3% dos fluxos ilícitos que saem desses países anualmente.

Haveria, portanto, mecanismos mais sutis de transferência internacional de valores que não são computados nessa cifra e que provêm dos países ricos. Trata-se de uma corrupção “invisível e refinada”, que teria se constituído como uma das causas da crise do sistema financeiro que abalou a economia mundial em 2008.

Esse ponto de vista apresentado por Jason Hickel, professor da *London School of Economics*, permite questionar a correlação entre pobreza e corrupção nos países em desenvolvimento. Segundo ele, há mecanismos diversos em razão dos quais países ricos sonhariam 25 vezes mais do que aqueles considerados em desenvolvimento.

Essa corrupção dos países desenvolvidos consistiria, de acordo com a análise de Hickel, em um problema estrutural no sistema econômico mundial, mais relevante do que aquela encontrada nos países em desenvolvimento. Segundo Hickel, só em 2013, aproximadamente U\$ 1 trilhão saíram do mundo desenvolvido com destino a paraísos fiscais, isto é, países onde a cobrança de impostos é menor ou inexistente.

Essa prática de evasão fiscal é conhecida como refaturamento. As empresas falsificam documentos de modo que seus lucros não apareçam nos países onde de fato foram gerados, mas sim em outros onde não devem pagar impostos. Outra prática das empresas multinacionais consiste em manipular o preço de transferência de mercadorias ao comercializá-las com suas subsidiárias, de modo a pagar os impostos na jurisdição em que as taxas são mais baixas.

Essa facilidade de burlar o fisco se deve às regras estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) que são pouco rigo-

rosas nas exigências relacionadas às declarações alfandegárias. Na prática, as empresas têm relativa autonomia para decidir o que e como declarar, de modo que não é difícil manipular dados.

Hickel faz severas críticas à estrutura e ao funcionamento da OMC. Segundo ele, não há democracia interna e as decisões com maior importância são tomadas pelos países mais poderosos. Em outros termos, as regras são feitas tendo em vista os interesses dos mais ricos.

Esse cenário se contrapõe aos dados apontados pelo *Índice de percepção da corrupção*, feito pela Transparência Internacional. Trata-se de um índice elaborado por uma organização não governamental com atuação internacional, engajada na causa do combate à corrupção. Em 2010, empresários e analistas de 178 nações foram convidados a opinar sobre o grau de corrupção em seu país. Trata-se, portanto, de uma medida da percepção que uma determinada sociedade tem da corrupção que nela existe, e não um retrato objetivo da situação.

Hickel questiona um certo uso desse índice, segundo o qual os países desenvolvidos amargariam um crescimento menor, limitado pela corrupção nos países pobres e em desenvolvimento. Segundo ele, duras críticas podem ser feitas ao modo como esse índice é formado, pois se baseia na percepção que os pesquisados têm sobre a corrupção em seu próprio país. Estes não podem emitir opinião sobre o que ocorre em outros países ou em organismos internacionais, como a OMC. Os dados que conformam o índice da Transparência Internacional são fornecidos pelo Banco Mundial e pelo Fórum Econômico Mundial, os quais, conforme a análise de Hickel, são comprometidos com os interesses dos ricos, aos quais não interessa tratar a corrupção como algo inerente também à economia deles. Não é estranho, sob esse ponto de vista, que a Transparência Internacional afirme que os Estados Unidos têm um baixíssimo índice

de corrupção. De acordo com esse índice, no Reino Unido nem mesmo existe corrupção.

Ao contrário disso, quando se explicitam os mecanismos de evasão tributária, os Estados Unidos aparecem em sexto lugar entre os mais corruptos do mundo. Nesse raciocínio, não está sendo considerada a corrupção que afeta o sistema político americano, em que grandes corporações podem financiar, sem limite algum, as campanhas dos candidatos. Hickel informa que, para cada dólar gasto pelas empresas com *lobby*, elas conseguem um retorno de U\$ 220. Estes e outros mecanismos são postos em ação para se fazer, do Estado, um uso privado. No Reino Unido, a

privatização dos serviços de saúde ou da infraestrutura pública como o serviço de trens canalizou milhões para empresas privadas.

Com esses dados, não se pretende minimizar a corrupção que ocorre no mundo pobre e em desenvolvimento. Tampouco se deseja negar o impacto social e econômico que a corrupção exerce sobre as instituições desses países. Trata-se, antes, de visualizar o problema com maior clareza e com a maior neutralidade e justiça possíveis, evitando que esses países sejam culpabilizados pelo menor crescimento econômico e pela pobreza no mundo.

## 5. Criminalidade avança em Minas

A Secretaria de Defesa Social divulgou, no final de janeiro, dados que demonstram ter havido, em 2013, um crescimento dos índices de violência em 28 municípios de Minas Gerais com mais de 100 mil habitantes. Isso inclui a capital e também a região metropolitana. No último ano, ocorreu no estado um aumento de 6,1% no número de homicídios, mas, há municípios em que o aumento foi maior do que cinquenta por cento. Itabira, na região central de Minas Gerais, chega a ultrapassar sessenta por cento.

Em Belo Horizonte, 878 pessoas foram assassinadas em 2013, o que equivale a uma alta de 7,38% em relação ao ano de 2012. São 2,4 mortes por dia. Na região metropolitana, em média, morreram a cada dia do ano passado 5,7 pessoas, totalizando mais de duas mil vítimas (aumento de 9,64%).

Os índices são igualmente preocupantes quando se consideram outros crimes violentos contra pessoas (tentativas de homicídio, sequestro, tentativa e consumação de estupro) e contra o patrimônio (roubo e extorsão

mediante sequestro), tendo todos eles aumentado acima dos 20%.

Uma das explicações aventadas para o fenômeno foi a suposta complacência da lei frente a crimes como o roubo, caso em que se permite o pagamento de fiança. Outro argumento que se apresentou na discussão desse tema foi a impunidade no caso de crimes cometidos por menores. No entanto, há quem enxergue razões mais profundas para o fenômeno, como a falta de políticas públicas que preconizem ações integradas. Outros analistas atribuem esse avanço da criminalidade a uma crise na gestão pública do Estado, inapta para enfrentar problemas que tornam o sistema penal estruturalmente falho.

O governo do estado promete enfrentar o problema com o investimento de R\$ 600 mi e a integração de mais 6 mil policiais neste ano de 2014. Também afirma que aumentarão as operações realizadas pelas polícias. Contudo, não apareceu na mídia local uma discussão dos problemas de fundo relacionados à segurança pública em Minas Gerais.

## Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do NESP, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

### Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: [www.pucminas.br/nesp](http://www.pucminas.br/nesp) | E-mail: [nesp@pucminas.br](mailto:nesp@pucminas.br) | Telefone: 3319-4978

### Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese BH:

Cássio Ferreira Borges - RENS

Frederico Santana Rick - VEAS

José Zanetti Gonçalves – RENSE

### Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza

### Redator:

Claudemir Francisco Alves